

FLORESTA

“A FLORESTA PORTUGUESA ESTÁ A CHEGAR AO LIMITE”

A afirmação é do Presidente da ANEFA, Pedro Serra Ramos, que considera imperativo a definição de uma estratégia para fazer frente aos principais problemas que, no seu entender, são: a (in)sustentabilidade, associada à falta de investimento no Sector e a subsídio-dependência.

NO RESCALDO DAS ÚLTIMAS JORNADAS FLORESTAIS PROMOVIDAS PELA ANEFA EM OUTUBRO PASSADO, ABOLSAMIA ENTREVISTOU PEDRO SERRA RAMOS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO.

abolsamia - A Anefa existe, como associação empenhada na defesa dos interesses das empresas da fileira florestal, desde 1989. - Quantos associados tem [diferenciados por particulares, empresas e pela dimensão de área de cada um (pequena, média, grande — com indicação aproximada de áreas)]?

Pedro S. Ramos - A ANEFA foi constituída em 1989, representando interesses de empresas de serviços técnicos, produção de plantas (viveiristas) e trabalhos florestais, agrícolas e de espaços verdes, englobando a comercialização de produtos.

A Associação tem presença assídua nos diferentes grupos de trabalho e junto das Instituições Oficiais, facto que nos permite intervir nas principais questões que respeitam às nossas áreas de intervenção, quer em defesa das empresas associadas, quer do Mundo Rural.

Actualmente, a ANEFA representa um universo de cerca de uma centena de micro, pequenas e medias empresas de serviços, com um volume de emprego correspondente a cerca de 9.000 postos de trabalho permanente e um volume de negócios anual superior a 500 milhões de euros.

abolsamia - Quais são as questões mais importantes em que se tem envolvido, na defesa dos seus associados, e da Floresta?

Pedro S. Ramos - A falta de sustentabilidade da floresta é uma realidade preocupante, e um ponto presente nas tomadas de posição da ANEFA, assim como o desinvestimento no sector e a subsídio-dependência. Por exemplo, defendemos que o Fundo Florestal Permanente, gerado através de um imposto aplicado aos combustíveis e pago por todos os contribuintes, devia ser directamente aplicado na Floresta, em arborização e manutenção, mas não o é.

A expansão do nemátodo da madeira do pinheiro é outra condicionante à falta de sustentabilidade. A interligação dos agentes é urgente, mas desde o início que o plano de acção de combate à doença não con-



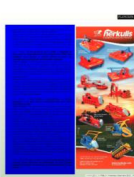
templava o envolvimento dos prestadores de serviços, nem a definição de objectivos concretos de erradicação. Esta situação já levou à falência de muitas empresas com o consequente aumento do desemprego local.

Outro problema é a inoperância do Programa de Desenvolvimento Rural, que se tem apresentado como a pior versão dos quadros de apoio, e cuja aplicação nada tem a ver com a realidade agrícola e florestal do país. As dificuldades de implementação têm consequências graves e num período de crise reconhecida, não se compreende que o nosso país não consiga aproveitar as ajudas a que tem direito, mesmo havendo por parte dos agricultores e proprietários vontade de o fazer.

abolsamia - Existe alguma diferença, em termos de objectivos ou de princípios, da Anefa para as outras associações florestais portuguesas?

Pedro S. Ramos - A ANEFA é a única associação nacional que representa os prestadores de serviços do Mundo Rural. Desta feita os objectivos e princípios são diferentes dos das outras associações no sentido de que representamos diferentes agentes, mas um ponto deverá ser sempre comum, que é a defesa e promoção da floresta e da agricultura nacional.

Um dos princípios em que acreditamos é que a modernização do mundo rural passa pelo recurso às empresas, com capacidade técnica ▶



◀ para responder aos diferentes desafios, permitindo uma maior racionalidade dos recursos e garantindo maior produtividade.

Apesar de em primeira instância termos sempre de cumprir a nossa função perante os associados, relembramos que as conquistas da ANEFA são em prol de todo o sector. Como exemplo temos a redução do IVA para 5% (agora 6%) em muitos dos serviços florestais, e a aplicação do gásóleo verde em maquinaria florestal. Estas foram lutas ganhas pela ANEFA, mas que favorecem todos os agentes do sector.

abolsamia - O que representa para a Anefa a integração na Direcção da European Network of Forest Entrepreneurs (ENFE)? Que vantagens dessa situação se poderão reflectir na defesa dos interesses dos empresários do sector florestal português?

Pedro S. Ramos - A ANEFA sempre teve uma participação activa na Rede Europeia de Empresários Florestais. Desde que integrámos a organização, em 2007, que consideramos que este era um apoio importante e uma porta aberta para a internacionalização do mercado. Qualquer estrutura europeia tem como objectivo a representação a um nível superior, dos interesses nacionais de cada membro. "lobby" é por isso fundamental.

No entanto, a Rede Europeia de Empresários Florestais pretende ainda desenvolver competências ao nível da investigação, desenvolvimento e formação, participando em projectos que poderão ser indicadores de melhoria em termos de aperfeiçoamento da execução das operações florestais, condições de trabalho e desenvolvimento rural. Espera-se depois que a rede dissemine essa informação para que possa funcionar como ferramenta de trabalho.

abolsamia - Como retrataria, resumidamente, a floresta portuguesa e os seus actores, comparativamente com outras situações na Europa?

Pedro S. Ramos - Em praticamente todos os países, as áreas florestais são desigualmente divididas entre proprietários privados e Estado. Por exemplo na Bélgica, Dinamarca e Holanda, as autoridades locais detêm cerca de um terço da área florestal. Em Portugal como se sabe cerca de 87% dos espaços florestais são privados.

Relativamente às espécies, em geral, há mais coníferas na floresta do norte da Europa (90% na Finlândia), no entanto os Países da Europa Central também mantêm uma elevada proporção de coníferas, à excepção de França, que agora tem menos de 30%. Nos países do sul da Europa, a proporção de folhosas é superior, à excepção da Espanha, que tem 64% de pinhal. No caso português as espécies com maior expressão são o sobreiro, o pinheiro bravo e o eucalipto.

Relativamente aos agentes, actualmente, em toda a Europa, a grande parte das operações florestais é levada a cabo por prestadores de serviços, na sua maioria agentes económicos afectos a pequenas e médias empresas. Na Europa ocidental e do norte estima-se que a média das empresas tenha 3 a 4 trabalhadores, incluindo o próprio gerente, e na Europa Oriental a mão-de-obra tende a ser superior, devido ao baixo nível de mecanização. No caso dos proprietários, é transversal ao nível europeu a sua organização em associações.

abolsamia - Durante as últimas Jornadas promovidas pela ANEFA, ouviu-se várias vezes falar na necessidade de uma "reforma estrutural da floresta". Na sua opinião, por onde deverá começar esta reforma?





◀ **O actual Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER 2007-2013) teve, até agora, uma taxa de execução das medidas de apoio à floresta inferior a 2%. Quais as razões das dificuldades na sua aplicação?**

Pedro S. Ramos - Sabendo que o proprietário florestal não tem capacidade de investimento, mas que é imperativa uma reforma estrutural da floresta, acreditamos que o incentivo à reforestação deveria ser o primeiro passo. Assim, o acesso aos financiamentos comunitários através do ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural deveriam ter um papel acrescido, mas a verdade é que essa não é ainda uma realidade.

Apesar de estar em vigor desde 2007, o ProDer teve grandes atrasos ao nível da implementação e mesmo a sua operacionalização ainda não é efectiva. Apesar dos esforços do novo Governo para simplificar e agilizar o programa, a verdade é que a burocracia e exigências subjacentes são tão grandes que 3 anos depois estávamos praticamente no ano zero.

Felizmente, ao nível agrícola, existem alguns contratos com pagamentos realizados, mas na floresta está tudo muito atrasado, o que no terreno se traduz pela ausência total de reforestação desde o anterior quadro comunitário, e uma gestão bastante condicionada.

Como única associação que representa os prestadores de serviços ao Mundo Rural, ou seja tanto representamos viveiristas como empresas de exploração florestal, a ANEFA tem a perfeita noção de que a taxa de corte é superior à taxa de arborização, o que poderá comprometer a curto médio prazo a sustentabilidade da floresta portuguesa.

A floresta portuguesa está a chegar ao limite... incêndios, nemátodo, cancro resinoso do pinheiro, são muitas as provas de fogo por que tem passado, por isso é imperativo uma tomada de decisão.

Fala-se de uma reestruturação do ProDeR e de uma simplificação do acesso aos financiamentos, mas a verdade é que estamos a meio de Outubro e ainda nada avançou em concreto. No caso florestal isto implica mais um ano sem plantações, pois estas deveriam começar já este mês, mas como os pagamentos dos projectos ainda não estão a decorrer, significa que só irão começar na melhor das hipóteses em Outubro de 2011. Isto faz com que apenas restem 2 anos para o final do Quadro Comunitário para aproveitamentos dos fundos para a floresta nacional.

Além do mais, consideramos muito grave que a única associação nacional que representa os prestadores de serviços, entre os quais os projectistas que elaboram candidaturas ao ProDeR, não tenha sido

ouvida. São os nossos associados que no dia-a-dia lidam com a burocracia excessiva e com a desadequação das medidas à realidade nacional, mas não tiveram oportunidade de apresentar as suas considerações, descredibilizando todo o processo. Não se ouvem os agentes que estão no terreno e o resultado está à vista.

abolsamia - Referiu-se também, durante as Jornadas, à inoperância do Fundo Florestal Permanente, um fundo gerado através de um imposto aplicado aos combustíveis e pago por todos os contribuintes, e que, segundo referiu “devia ser directamente aplicado na Floresta, em arborização e manutenção”. No entanto, esse fundo não tem sido aplicado... porquê?

Pedro S. Ramos -A ANEFA sempre considerou fundamental o investimento na floresta, e quando em 2004 foi criado o Fundo Florestal Permanente (gerado através de um imposto aplicado aos combustíveis e pago por todos os contribuintes), criou-se uma enorme expectativa. A verdade é que os 30 milhões de euros que este fundo gera anualmente já serviram para apoio ao planeamento, criação e manutenção de estruturas organizativas ligadas à produção, arranjo de caminhos e estradas, e limpeza de faixas adjacentes por parte dos municípios, mas menos para o que realmente é importante...fazer floresta!

Não conformada, a ANEFA teve já oportunidade de apresentar ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas e ao Presidente da Autoridade Florestal Nacional, uma proposta para relançar o investimento na floresta nacional, recorrendo exactamente ao Fundo Florestal Permanente, cuja receita anual se aplicada em arborização. Isso representaria a criação de mais de 2000 postos de trabalho permanentes por ano, a plantação de aproximadamente 24 milhões de plantas, a florestação de 15.000 hectares por ano e ao nível das receitas para o Estado cerca de 7,5 milhões de euros de contribuição para a Segurança Social.

Assim, recorrendo a estas verbas, a ANEFA propôs:

Organizações de produtores florestais e/ou produtores em nome individual candidatam-se com áreas a florestar, tendo para tal de apresentar um impresso e PGF simplificado (uma folha).

Por sua vez a Autoridade Florestal Nacional analisa o processo e, em caso de aprovação, financia a sua realização. Anualmente, deverão ser divulgados os pedidos aprovados, referindo a área, espécies e conselho de localização, para que haja articulação com os prestadores de serviços, nomeadamente o planeamento por parte dos viveiristas das espécies a produzir.



◀ O proprietário deverá pagar esse financiamento com a venda posterior dos produtos florestais associados, mediante uma taxa de juro reduzida. A realização de um seguro que cubra o financiamento deverá ser de carácter obrigatório e o pagamento só deverá ser efectuado após a verificação no local da implementação do projecto.

Este programa deverá contemplar metas anuais em função da capacidade de financiamento, e o não cumprimento do PGF sem razão aparente deverá obrigar à devolução da verba.

Com este programa, pretende-se:

- Aumentar de forma contínua a taxa de arborização;
- Permitir a arborização com diferentes espécies;
- Gerar oportunidade de trabalho para viveiros e empresas de florestação;
- Garantir matéria-prima à indústria e empresas de exploração florestal;
- Responsabilizar igualmente os proprietários;
- Impedir a degradação do solo;
- Fomentar / implementar a Certificação Florestal
- Criar novos sumidouros de carbono - a reflorestação pode servir de solução à compra de créditos de Carbono, salvaguardando as despesas do Estado Português.

abolsamia - Sabendo que cerca de 85 por cento das florestas, em Portugal, pertencem a privados e que cerca de 20 por cento dos terrenos florestais têm dono desconhecido, pode dizer-nos qual o modelo de gestão florestal que a ANEFA julga ser o mais eficaz? Qual

tem sido o resultado das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)? O Governo anunciou em Setembro passado a adjudicação dum projecto experimental de cadastro predial para os sete concelhos de maior risco de incêndio e referiu que o cadastro de todo o país demorará 15 anos a ser feito...não acha tempo demais?

Pedro S. Ramos - Acima de tudo, o importante é haver investimento e financiamento para a floresta. Não poderemos dizer que o facto da maioria dos terrenos ser de privados é que condiciona a gestão do território, porque o exemplo da área que o Estado detém transfigura que não é só o pequeno proprietário que abandona os seus terrenos. Não se pode pedir a uma pessoa que ganha 2 salários mínimos que tenha as suas propriedades constantemente vigiadas e limpas, quando o próprio Estado não dá o exemplo.

Além do mais, e como refere, existe ainda uma percentagem considerável de terras das quais não é conhecida a posse, o que dificulta ainda mais o processo.

As ZIF poderiam efectivamente ter tido um papel de relevo, pois a ideia base é interessante. O problema é que mais uma vez nada saiu do papel. Já se gastou muito dinheiro na constituição das ZIF's em Portugal, mas conta-se pelos dedos aquelas que estão operacionalizadas. Além do mais, a sul do Tejo é extremamente difícil constituir ZIF's, pelo que estão a ser "descriminados" cerca de 2/3 dos produtores florestais do país.

Relativamente ao cadastro florestal, este não poderá avançar sem que exista um cadastro predial. Em relação a este já houve efectivamente a apresentação de um concurso de cadastro para 6 concelhos, no ▶

Tiragem: 15000

País: Portugal

Períod.: Bimestral

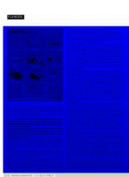
Âmbito: Outros Assuntos

Pág: 82

Cores: Cor

Área: 15,58 x 17,87 cm²

Corte: 5 de 7



necessárias acções de silvicultura preventiva nas suas áreas. A par da importância da realização dessas acções, seria ainda relevante o facto de as matas estarem permanentemente vigiadas pelos prestadores de serviços que estariam a efectuar limpezas florestais, e ainda pela manutenção de postos de trabalho, numa altura em que se torna premente o decréscimo da taxa de desemprego.

Com o Nemátodo, infelizmente, verificou-se uma igual falha de estratégia. Defendendo como objectivo principal a erradicação e controlo da doença, a ANEFA chegou mesmo a apresentar uma proposta de plano de acção a curto prazo, onde eram evidentes medidas benéficas, não só para as empresas de exploração florestal que representa, mas para todo o sector, evitando assim a subsídio-dependência tão característica de quem vive do Mundo Rural, sendo que igualmente seria transmitida uma mensagem importante aos países com quem a fileira florestal tem relações comerciais, através da exportação da madeira de pinho, de que efectivamente se estava a efectuar um esforço no sentido de se resolver o problema.

Em alternativa, optou-se mais uma vez pela subsídio-dependência através da atribuição de subsídios às Organizações de Produtores Florestais, que no passado e mesmo relativamente ao caso do Nemátodo, demonstraram já ter falta de capacidade de resposta. Não nos podemos esquecer que a realização das operações de exploração florestal não faz parte das suas atribuições, não possuindo estes organismos meios para o fazer, e que foi a ambição de o quererem fazer que conduziu aos erros do passado no que respeita ao nemátodo. Convém lembrar que, em 2001, quando a luta contra o nemátodo envolvia associações, prestadores de serviços, indústria e universidades, para além do Estado, a situação esteve controlada. E que foi a alteração desta estratégia, entregando o trabalho todo às Associações, que conduziu ao que temos hoje.

Em Dezembro de 2008, foram assinados diversos protocolos com Organizações de Produtores Florestais, Cooperativas, Estruturas de Baldios e Entidades de Investigação e Desenvolvimento, no valor de 8 milhões de Euros, sem que se conhecesse elementos tão básicos como a área geográfica das operações de combate à doença, o cronograma das acções a desenvolver num período de tempo útil, as despesas específicas (humanas e materiais) a efectuar no combate à doença, e uma definição de objectivos concretos no final das acções.

A fileira do pinho em Portugal encontra-se assim bastante comprometida, sendo que uma mudança de estratégia é essencial para o sucesso do programa de controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro e do sector florestal.

A ANEFA tentou por diversas vezes contactar as autoridades competentes, tendo avançado com uma proposta de plano de emergência, com medidas exactas e concretas para a erradicação do Nemátodo. A proposta, apresentada em Agosto de 2008, contemplava a prospecção da doença por parte das Associações de Produtores Florestais que, localmente, teriam de identificar as árvores afectadas, comunicando-as à Autoridade Florestal Nacional (AFN). As operações no terreno ficariam a cargo de empresas de exploração florestal locais com capacidade técnica de execução, devendo limitar-se o abate de madeira de pinho, a nível nacional, às zonas afectadas e durante o período de Outubro a Abril.

Parte do plano incluía, ainda, uma análise substancial em que, de acordo com os resultados preliminares do Inventário Florestal Nacional 2005/2006, o volume de pinho, em Portugal Continental, era de 67,1 milhões de metros cúbicos. Tendo por base dados avançados pela

- ◀ entanto, é um trabalho que ainda está muito longe de ser concretizado. Trata-se de um processo caro e moroso já que envolve a posse, sendo que os limites das propriedades são hoje muitas vezes desconhecidos dos actuais donos dos prédios.

abolsamia - O sector florestal nacional encontra-se a braços com dois problemas graves: a contaminação de mais de metade da sua área de floresta de pinhal pelo nemátodo, e a devastação de mais de 117 mil hectares pelo fogo.

- De que forma se pode contrariar esta situação, a curto e a médio prazo? Acha que seria sustentável economicamente, a médio prazo, a introdução gradual de espécies florestais mais nobres, como o carvalho, que arde menos?

Pedro S. Ramos - A ANEFA considera que enquanto não se redefinirem as prioridades não se vão verificar grandes mudanças. É necessário investir na floresta e promover uma gestão activa para que se comece a ver alguns resultados, afinal os incêndios devem “combater-se no Inverno”.

O que acontece é que Portugal até já criou uma solução de financiamento mas não o está a utilizar directamente na floresta, o Fundo Florestal Permanente, de que já falámos.

Além do mais estamos a desperdiçar outra oportunidade com a inoperância do ProDeR. Por diversas vezes já referimos que o Programa de Desenvolvimento Rural poderia ser o mais eficaz “meio de combate” já que permitiria que Municípios, empresários, proprietários e produtores florestais tivessem dinheiro para investir na floresta, efectuando as



◀ AFN, referindo 4% de amostras positivas com NMP, resultaria em 2,68 milhões de metros cúbicos o correspondente ao consumo de pouco mais de meio ano da indústria nacional. Isto significaria que se a indústria consumisse durante cerca de 7 meses apenas madeira infectada, o problema teria resolução à vista.

Para que a floresta tenha a expressão económica conhecida no nosso país torna-se essencial que haja espaço para espécies de conservação, mas igualmente de produção.

Não podemos ignorar que cerca de 400 mil proprietários têm rendimentos que advêm do capital investido em floresta. Se considerarmos uma média de três pessoas por agregado familiar, significa que mais de 12 % da população portuguesa vive do sector florestal.

Deste modo, temos de encarar as espécies economicamente rentáveis como uma oportunidade de investimento no sector, um motor que permite inclusivamente dinamizar e preservar outras áreas de carácter mais conservacionista, o que só é possível se a vertente económica do sector for também explorada.

Tem de haver floresta adequada às funções necessárias e essa diversificação requerer-se através das diferentes espécies que podem ser exploradas. Se pensarmos em floresta para produção de biomassa ou para protecção de sistemas dunares, teremos certamente a falar de diferentes espécies, no entanto ambas têm a sua importância e funcionalidade.

Assim, a solução não passa simplesmente pela substituição linear de espécies menos susceptíveis aos incêndios, pois num cenário de alterações climáticas como o que vivemos, essas mesmas espécies podem num futuro ser susceptíveis a outras pragas e doenças e teremos de novo um problema. O que é necessário é uma maior compartimentação da paisagem, contribuindo para o chamado "mosaico ecológico", importante para a prevenção de agentes bióticos e abióticos.

abolsamia - Reportando-nos ainda ao tema central das Jornadas, a biomassa florestal: foi várias vezes referido que o actual plano governamental para a construção de uma rede de centrais de biomassa não é compatível com o modelo da floresta portuguesa. Concorda? Quem é mais beneficiado com a actual situação? - Faria mais sentido a construção de unidades de menor dimensão, mais perto das explorações florestais, para que fosse viável o aproveitamento do material resultante da limpeza das matas? Ou não existe qualquer viabilidade neste aproveitamento?

- A limpeza das matas no contexto de aproveitamento para biomassa deveria ter um apoio especial pela importância na prevenção dos incêndios?

Pedro S. Ramos - Para a maioria dos florestais no nosso país, esta questão sempre foi muito contraditória, pois é impossível conhecer a realidade da nossa floresta e acreditar que a limpeza das matas seria suficiente para alimentar as centrais de biomassa planeadas. Além do mais, o custo inerente à extracção desses matos é muito elevado e o preço pago pela matéria-prima inviabiliza o negócio que não se torna minimamente rentável.

A ANEFA sempre defendeu que, se querem produzir biomassa, então que se plante para isso. Tem de haver uma aposta na criação de novos espaços florestais para o efeito.

Infelizmente também neste caso se tentou "começar pelo tecto", projectando-se dezenas de centrais sem realizar que poderia não haver matéria-prima suficiente.

A questão que coloca sobre a construção de unidades de menor dimensão e mais perto das explorações é bem pertinente, pois daria para ultrapassar alguns dos constrangimentos referidos.

abolsamia - Está prevista a certificação de 500.000 hectares de floresta até 2013. Na prática, o que quer isto dizer?

Pedro S. Ramos - No entender da ANEFA, a certificação florestal é um processo que visa destacar e enaltecer o meio ambiente, o desenvolvimento social e económico das comunidades, bem como a manutenção da floresta, e emerge sobre um planeamento, condições de operacionalização, verificação e acções correctivas. Através do estabelecimento de uma política florestal adequada à realidade, a Gestão Florestal Sustentável deverá traduzir-se numa valorização dos produtos florestais e em novas oportunidades de mercado nacional e internacional, com uma capacidade de antecipação face às expectativas presentes e futuras.

No entanto, e se é certo que a certificação é um passo adiante nas questões de consciencialização e responsabilidade social e ambiental, a ANEFA acredita que esta não deve ser encarada como a "salvação" para o Sector Florestal. Independentemente de obter ou não um certificado, a Floresta tem de ser capaz de responder aos problemas de (in)sustentabilidade, associados à falta de investimento no Sector e à flagrante subsídio-dependência de que vive. Há que definir uma estratégia e planeamento para que a evolução e sucesso seja garantida.



